UNCTAD examina relação entre comércio e desenvolvimento

Bárbara da Costa Pinto Oliveira*

Divulgado estudo técnico que revê o desempenho comercial e o nível de desenvolvimento em 2006 de mais de 100 países, a partir de um índice de análise da interação entre políticas comerciais e estratégias para o desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) divulgou, em novembro passado, a segunda edição do relatório "Índice de Comércio e Desenvolvimento" (*Trade and Development Index - TDI*)[1], que analisa o desempenho comercial, social e econômico de uma série de países a partir de um índice estatístico composto de três dimensões, treze componentes e trinta e quatro indicadores.

Concebido para servir como uma ferramenta para a análise de políticas públicas em interação com estratégias para o desenvolvimento em nível nacional, o TDI foi sensivelmente aprimorado na edição de 2007, com a inserção de novos componentes sugeridos a partir da contribuição de seus Estados Membros, acadêmicos e do Conselho Supervisor, presidido pelo Professor Lawrence R. Klein, Prêmio Nobel em Economia. Além disso, o estudo ofereceu uma análise por país, incluída na Parte II do relatório - Perfil dos Países.

Os Estados Unidos da América (EUA) sobressaíram-se novamente como o país que oferece a melhor combinação de fatores econômicos, sociais, regulatórios e políticos que contribuem para a inserção no comércio internacional e para geração e distribuição de benefícios daí derivados. Seguido de perto vieram os países originários da União Européia (EU-15) e, de não tão perto, os Membros que acederam à União Européia em 2004 (EU-10). O único país em desenvolvimento (PED) classificado entre os 20 países de maior índice TDI foi Cingapura, sendo que os últimos classificados foram invariavelmente países da África Sub-Sahariana, além da República do Iémen. De modo geral, a análise de 2007, que se refere ao ano de 2006, averiguou uma melhora na pontuação dos países ditos economias emergentes (E-7: China, Índia, Brasil, México, República da Coréia, Federação Russa e África do Sul).

O TDI demonstra que a maioria dos países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento, possui níveis similares de abertura ao comércio internacional, incluindo-se aí as reduções de ordem tarifária, a adoção de normas que promovam investimentos estrangeiros ou o empreendedorismo e a redução da burocracia aduaneira (*red tape*), que causa prejuízos à importação e exportação de bens. Outro ponto importante foi que um número considerável de PEDs teve uma melhora nos índices de finanças domésticas, estrutura econômica, estabilidade macroeconômica e sustentabilidade ambiental.

Utilizando-se de indicadores estatísticos do Banco Mundial[2], da própria UNCTAD[3] e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)[4], que formam os chamados componentes (combinação de dois ou mais indicadores), o TDI incorpora três dimensões: (i) contexto estrutural e institucional; (ii) políticas e processos para o comércio; e (iii) desempenho comercial e de desenvolvimento. As duas primeiras formam-se de componentes de entrada (*InputMI*) e a última, de componentes de resultado (*OutputMI*). O método estatístico utilizado para computar o TDI 2006 é uma composição de uma média simples dos subíndices *InputMI* e *OutputMI*, calculados separadamente. Veja o quadro abaixo.

Os componentes, seus indicadores, fontes e métodos estão descritos no Apêndice 3 do relatório. A título de exemplo, veja-se o componente "bem-estar social e econômico", que é uma combinação dos indicadores de desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento (igualdade entre) de gêneros. Vale ressaltar que os indicadores estatísticos foram construídos a partir de uma média de três anos, entre 2003 e 2005, o que permitiu capturar variações cíclicas e oscilações de interação entre as dimensões e seus componentes. Entretanto, alguns componentes da dimensão (i) – "contexto estrutural e institucional" – levam mais tempo para serem sentidos e uma variação de apenas três anos pode não ser suficiente para levá-los completamente em conta[5]. Indicadores e países para análise foram escolhidos primeiramente em função da disponibilidade de dados e, ainda, em função de sua importância e aceitação como parâmetro.

A relação entre as três dimensões e seus componentes é complexa, mutuamente interativa e multi-direcional, tanto que cada componente é ao mesmo tempo *causa* de alteração dos demais e *resultado* de suas influências[6].

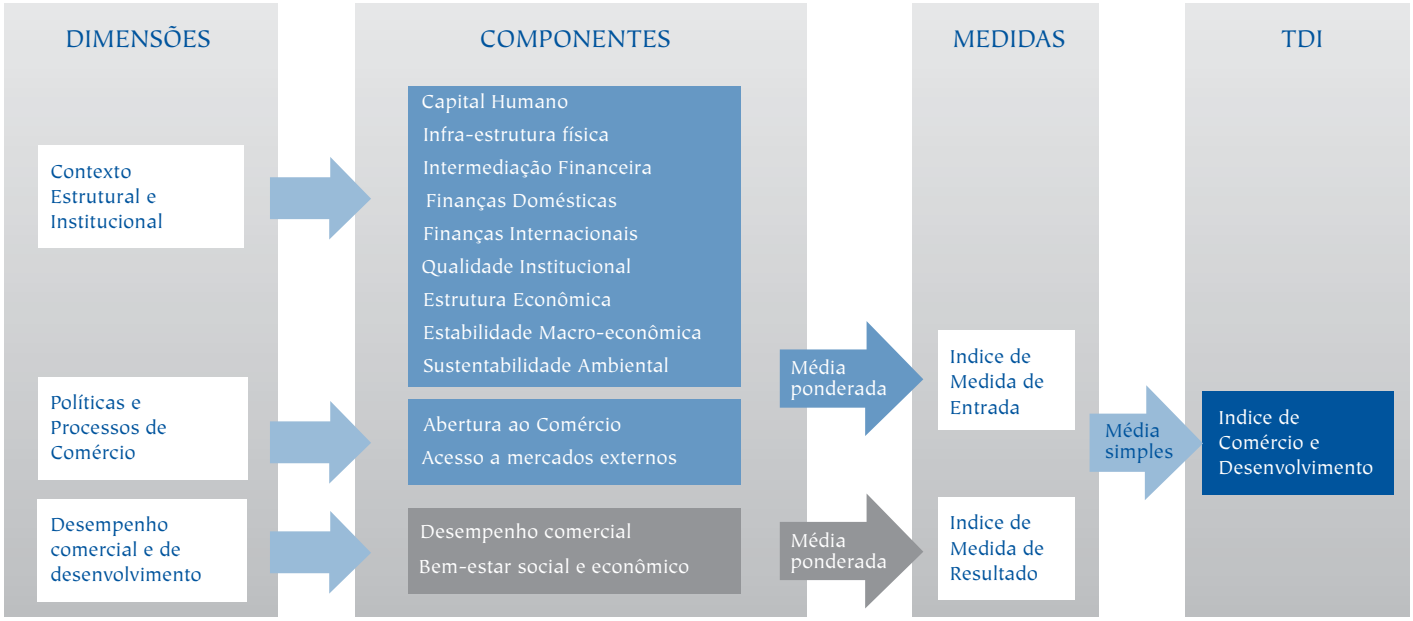
A análise da interação dos fatores que geram o índice TDI traz à tona com bastante clareza as principais limitações dos PEDs e de grupos regionais no âmbito estrutural, institucional, financeiro, comercial e de desenvolvimento, de forma a auxiliá-los na maximização de benefícios e minimização de custos decorrentes da globalização e da liberazação comercial. O TDI ofecere tanto parâmetros quantitativos quanto um quadro analítico, de modo a servir de instrumento para a formulação de políticas pública em níveis nacional, regional e mundial[7].

Assim, preenche-se um vazio existente entre estudos técnicos convencionais que, ao analisarem o desempenho comercial dos países, deixam de verificar a relação entre comércio e desenvolvimento, uma relação fundamental já que o comércio não é – nem pode ser – um fim em si mesmo. Para os PEDs, em especial, o comércio é visto como um instrumento essencial para realizar o desenvolvimento sócio-econômico e a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU (*UN Millenium Development Goals* - MDGs).

A principal conclusão do relatório TDI 2006, em suas análises estatísticas, foi a determinação da regra de que, quanto menor a variabilidade dos componentes de entrada (*input components* ou fatores condicionantes), maior a pontuação de resultado (*output score* ou indicadores de resultado). Isso significa, em termos práticos, que a adoção de um conjunto coerente de medidas e políticas, sistematizadas e levadas a cabo por um determinado período de tempo, é preferível, na geração de resultados positivos para o comércio e o desenvolvimento, ao investimento em um número limitado de medidas (e políticas isoladas), que via de regra trazem apenas resultados marginais.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Países em desenvolvimento no comércio internacional: Índice de Comércio e Desenvolvimento



Fonte: Developing Countries in International Trade 2007, UNCTAD: 2007, p. 4 (tradução livre).

Finalmente, cabe ressaltar que a análise – realizada a partir de dados estatísticos anteriores a 2007 – não incorpora os efeitos das dificuldades sociais e econômicas recentes, associadas a desequilíbrios macro-econômicos, ao enfraquecimento do dólar e à crise no mercado imobiliário estadunidense. Tais efeitos impactariam não apenas os índices dos EUA, mas também dos demais países inseridos na economia global, com maior ou menor intensidade, o que provavelmente será refletido em futuros relatórios.

Além disso, outros desenvolvimentos na arquitetura econômica internacional, como as mudanças trazidas por uma nova liberalização comercial decorrente da conclusão da Rodada Doha de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), podem impactar em edições futuras do estudo. Ainda assim, conforme extensivamente demonstrado no relatório, não apenas medidas de liberalização comercial (redução tarifária) impactam na melhoria dos índices[8]. Neste ínterim, a finalização das negociações sobre Facilitação ao Comércio, que visa a melhorar a cooperação entre entidades aduaneiras e outras autoridades com competência sobre comércio internacional[9], tem o condão de gerar benefícios contundentes aos PEDs, se os necessários meios técnicos e financeiros forem colocados à disposição, já que esses países são os principais prejudicados por sua própria burocracia aduaneira e pela falta da infra-estrutura indispensável para o escoamento de seus produtos. Uma abordagem do tema de facilitação ao comércio que envolva os principais agentes financeiros e de investimento internacional – tais como bancos internacionais de fomento e agências de desenvolvimento – tem o potencial para contribuir largamente para a maior participação de tais países no comércio internacional. O projeto *Aid for Trade*[10], da OMC, atualmente ainda em fase de definição, pode – ou não – ser um passo inicial neste rumo.

** Bárbara da Costa Pinto Oliveira é Oficial de Assuntos Econômicos na UNCTAD, em Genebra, Suíça. Doutora em Direito Econômico e Mestre em Direito Internacional.*

[1] UNCTAD. Developing Countries in International Trade 2007: Trade and Development Index. Nova York e Genebra: 2007. UNCTAD/DITC/TAB/2007/2. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/ditctab20072_en.pdf. Acesso em: 15 de fevereiro de 2008.

[2] The World Bank. The World Development Indicators. Washington: 2006. _____. The Governance Matters Index. Washington: 2006.

[3] UNCTAD. Trade Analyses and Information Systems (TRAINS) database. Disponível em: http://cs.usm.my/untrains/trains.html. Acesso em: 15 de fevereiro de 2008. _____. UNCTAD Handbook of Statistics On-Line. Disponível em: http://stats.unctad.org/handbook/ReportFolders/ReportFolders.aspx?CS_referer=&CS_ChosenLang=en. Acesso em: 15 de fevereiro de 2008.

[4] UNDP. Human Development Report. Nova York: 2006.

[5] UNCTAD, 2006, p. 5.

[6] Idem, p. 4.

[7] Idem, p. 1.

[8] Sobre isso, declarou o Secretário Geral da UNCTAD, Dr. Supachai Panitchpakdi "Focusing on trade liberalization alone is unlikely to achieve the desired results. Policy makers, especially in developing countries, need to also promote other measures such as macroeconomic and financial management, as well as trade support and industrial policies. Only then will they close the gap with more advanced economies". UNCTAD/PRESS/PR/2007/045, 06/11/07.

[9] Sobre as negociações para facilitação do comércio, ver http://www.wto.org/english/tratop_e/tradfa_e/tradfa_e.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2008.

[10] Força-Tarefa composta por diversas organizações - incluindo OMC, UNCTAD, UNDP, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Centro para o Comércio Internacional (ITC), Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (IADN), e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Sobre isso ver WTO Work Programme on Aid for Trade (WT/AFT/W/26), de 29 de maio de 2007.